

## DEFICIÊNCIA VISUAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: O ESTADO DA ARTE DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

*DISCAPACIDAD VISUAL Y EDUCACIÓN SUPERIOR: EL ESTADO DEL ARTE DE TESIS Y DISERTACIONES BRASILEÑAS*

**Phelipe Lins de Moura<sup>1</sup>**

**Neiza de Lourdes Frederico Fumes<sup>2</sup>**

### RESUMO

A Educação Superior está em destaque nas discussões atuais, dentre elas ressalta-se a que abrange a inclusão de pessoas com deficiência e os seus desafios. Como uma das consequências, observa-se a ampliação de pesquisas que discutem esta temática. Mediante a isso, o objetivo deste estudo foi mapear e analisar as pesquisas realizadas no Brasil relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Superior. Esta pesquisa se caracteriza como do tipo Estado da Arte, podendo ser definida como uma modalidade de pesquisa bibliográfica. Foram selecionados 15 trabalhos (13 dissertações e duas teses), os quais foram posteriormente analisados. Os resultados evidenciam que existe uma fragilidade teórica e metodológica nas produções de dissertações e teses. As pesquisas analisadas também apontaram que as universidades têm oferecido condições para que os estudantes com deficiência visual possam frequentar esse nível de ensino, porém, há lacunas a serem superadas. Além disso, os estudos apontaram para um ponto crítico no processo inclusivo: a formação dos professores. Foi possível também averiguar a existência de uma carência na participação das pessoas com deficiência nas pesquisas e nas produções. Concluiu-se que o processo de inclusão do aluno com deficiência na Educação Superior precisa envolver toda a comunidade educacional (professores, gestores, corpo técnico e os demais estudantes), e valores relacionados a esse processo devem nortear as políticas e práticas institucionais.

**Palavras-chave:** Inclusão; Deficiência Visual; Educação Superior; Estado da Arte.

### RESÚMEN

La Educación Superior se destaca en las discusiones actuales, entre ellas resaltamos las que abarcan la inclusión de personas con discapacidad y sus desafíos. Como una de las consecuencias, se observa el aumento de investigaciones que discuten este tema. Por tanto, el objetivo de este estudio fue mapear y analizar las investigaciones realizadas en Brasil relacionadas con la inclusión de personas con discapacidad visual en la Educación Superior. Esta investigación se caracteriza por ser del tipo Estado del Arte, pudiendo definirse como una modalidad de investigación bibliográfica. Se seleccionaron quince trabajos (13 disertaciones y dos tesis), que posteriormente fueron analizados. Los resultados muestran que existe una debilidad teórica y metodológica en la producción de disertaciones y tesis. Las investigaciones analizadas señalaron que las universidades han ofrecido condiciones para que los estudiantes con discapacidad visual asistan a este nivel educativo, sin embargo, existen brechas por superar. Además, los estudios apuntan a un aspecto crítico en el proceso inclusivo: la formación docente. También se pudo constatar la existencia de una falta de participación de las personas con discapacidad en las investigaciones y producciones. Se concluyó que el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad en la Educación Superior debe involucrar a toda la comunidad educativa (docentes, directivos, personal administrativo y los demás estudiantes), y los valores relacionados con este proceso deben orientar las políticas y prácticas institucionales.

**Palabras clave:** Inclusión; Discapacidad visual; Educación Superior; Estado Del Arte.

---

<sup>1</sup> Graduado em Educação Física - Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Pós-Graduado em Educação Física Escolar e Educação Especial pelo Centro Universitário FAVENI. E-mail: [phelipemoura13@gmail.com](mailto:phelipemoura13@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (1995) e doutorado em Ciências do Desporto e Educação Física pela Universidade do Porto (2001). E-mail: [neizaf@yahoo.com](mailto:neizaf@yahoo.com)

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Superior está em destaque nas discussões atuais, principalmente quando se refere à inclusão e aos desafios que surgem desse processo, com incontáveis pesquisas sendo produzidas discutindo sobre alunos com deficiência e a inclusão destes na Educação Superior no Brasil. No entanto, é considerado insuficiente o que se conhece sobre o ingresso, o acesso, e a permanência desses alunos nesse nível de ensino. Levantando diversas questões a respeito das ações que são necessárias para garantir a inclusão desses alunos na Educação Superior (Castro; Almeida, 2014).

Pacheco e Costas (2006) compreendem que a inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, adaptação do currículo, e a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Com a inclusão se cria condições favoráveis para que a pessoa com deficiência possa participar das situações acadêmicas e sociais de forma plena. Cantorani et al. (2020) indicam que a inclusão representa o avanço em direção à igualdade de direitos entre os indivíduos que formam a sociedade. Trata-se da extensão, a todos, do direito de integrar e participar de todas as dimensões dos ambientes sociais, sem sofrer qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

De acordo com o Censo realizado pelo INEP/MEC, nos anos compreendidos entre 2009 e 2017, percebe-se uma considerável evolução no número de matrículas de alunos com deficiências em cursos de graduação. Em 2009, esse quantitativo era de 20.530 alunos e, em 2017, passou a ser de 38.272 alunos matriculados, sendo 2043 desses alunos com deficiência visual.

Esse aumento de matrícula nos cursos de graduação na Educação Superior pode ser atribuído ao desenvolvimento de políticas públicas inclusivas pautada especificamente à Educação Superior. Iremos citar algumas delas, como: o REUNI, projeto que subsidia a redução das taxas de evasão, aproveitamento de vagas ociosas, otimização da mobilidade estudantil, reorganização curricular, diversificação da oferta de cursos de graduação, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; o Programa de Inclusão no Ensino Superior – INCLUIR, que, amparado em dispositivos legais e em orientações de organismos internacionais, tem como meta a democratização do ensino visando a grupos populacionais em situações de vulnerabilidade social,

com a finalidade de assegurar o direito da pessoa com deficiência à Educação Superior (Brasil, 2013b; Martins et al., 2017, p. 3).

Recentemente, houve um grande avanço na garantia aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil com a criação da lei n. 13.409, de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino (IFEs) (Brasil, 2016), que caracteriza modernização do arcabouço jurídico voltado para a proteção dessa população. Com a sua aprovação foram impostas adequações no que se refere ao processo de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência. Logo, nota-se que, há considerável aparato legal para garantir a diminuição e, inclusive, a eliminação das barreiras existentes.

Porém, abordando os dados referentes às matrículas de pessoas com deficiência na Educação Superior, não podemos deixar de considerar que esses números são animadores e preocupantes simultaneamente. Animadores, pois representa um alargamento do acesso à Educação Superior e um avanço nos anos de escolarização da pessoa com deficiência, e preocupantes, pela precariedade do sistema educativo para garantir a permanência e o aprendizado com sucesso desse alunado, historicamente invisibilizado e excluído da/pela sociedade.

Dechichi, Silva e Gomide (2008, p. 338) explicam que:

A chegada de alunos com necessidades educacionais especiais aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário.

Sasaki (2006) pontua que, atualmente, há convergência entre duas tendências que antes se davam de forma distinta: o aumento da quantidade de alunos com deficiência que está frequentando cursos superiores e a adoção de medidas para atender as necessidades desses alunos, sendo que tais necessidades são de dois âmbitos, a saber: medidas de ingresso e de permanência no curso escolhido.

Em relação ao ingresso, as medidas são relacionadas à adaptação das avaliações para as necessidades do discente. Já sobre a permanência, são necessárias medidas para sanar as barreiras: atitudinais advindas dos professores e colegas; arquitetônicas, relacionadas às instalações da universidade; orais, da comunicação com os pares e docentes; e técnicas, como, por exemplo,

dificuldade para fazer anotações, apresentar tarefas em casa entre outros (Sasaki, 2006). Além disso, visando eliminar tais barreiras, a formação dos docentes que atuarão com este público precisa ser pensada e modificada.

Assim, o presente estudo tem por objetivo mapear e analisar as dissertações e teses realizadas no Brasil relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Superior. Com isso, pretende-se verificar o que tem sido produzido sobre esse alunado e assim procurar ampliar a compreensão da temática.

## **2. METODOLOGIA**

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa do tipo Estado da Arte que, segundo Ferreira (2002), pode ser definido como uma modalidade de pesquisa bibliográfica, que têm por objetivo:

O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (p. 258).

Assim, busca-se aprofundar as discussões sobre os estudos que estão sendo realizados, “tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado” (Ferreira, 2002, p. 258).

Para sistematizar o estado da arte foi realizado um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, o qual visa alcançar um aprofundamento sobre as publicações relevantes presentes na literatura nacional sobre os temas: Educação Superior e deficiência visual.

### **2.1 Procedimentos para a coleta de dados**

O processo de busca e seleção das dissertações e teses ocorreu durante o mês de março de 2020. Sendo realizado uma extensa revisão da literatura, na seguinte base de dados – Pesquisa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O primeiro passo da busca foi a identificação do descritor mais relevante para o tema na BDTD. Como critério de inclusão das dissertações e teses utilizou-se: trabalhos realizados nas universidades brasileiras, que tenham

como sujeitos/participantes (diretos e/ou indiretos) pessoas com deficiência visual e/ou cegueira<sup>3</sup> e realizados no âmbito da Educação Superior.

## 2.2 Levantamento das teses e dissertações referentes à pesquisa

O levantamento de produções bibliográficas abrangeu o período dos últimos 05 anos (de 2015 a 2020) e nas buscas utilizou como descritor: “DEFICIÊNCIA VISUAL” And “EDUCAÇÃO SUPERIOR”.

Tendo como esses pontos de partida, foram realizadas as seguintes etapas para a constituição do *corpus*:

a) Pesquisa de produções científicas sobre deficiência visual e Educação Superior: nessa primeira etapa foram identificados 126 trabalhos (98 dissertações e 28 teses). Entretanto, após análise inicial, foram identificadas dissertações e teses que não atendiam ao critério, como também levou-se em consideração os trabalhos escritos em português. Utilizando esses critérios, chegou-se ao total de 70 trabalhos (53 dissertações e 17 teses).

b) Como resultado desta análise, dos 70 trabalhos anteriormente apontados, 15 foram selecionados (13 dissertações e 2 teses), utilizando como critérios os trabalhos realizados nas universidades brasileiras, que discutissem sobre Deficiência Visual e Educação Superior.

c) Leitura dos resumos das publicações disponibilizadas nas bases de dados em questão e construção de sínteses prévias dos 15 trabalhos, levando em conta o período de publicação, o nível (M/D), a Instituição, o Programa de Pós-Graduação, o Orientador, o Financiamento, o objetivo, o tipo de pesquisa, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, os sujeitos participantes, o local da pesquisa, o procedimento de análise, os fundamentos teóricos e/ou autores e os resultados.

## 2.3 Busca no *site* do programa de pós-graduação

A partir da seleção feita com a leitura dos resumos, as teses e dissertações foram acessadas na íntegra nos bancos de cada *site* dos programas de pós-graduação indicados e/ou da respectiva universidade em que o programa estava vinculado.

---

<sup>3</sup> Conforme o Decreto de Lei no 5.296, de 2004, é considerado cego todo o indivíduo que possui acuidade visual igual ou inferior a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Indivíduo com baixa visão, o que possui acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica ou quando a somatória da medida do campo visual de ambos os olhos for igual ou inferior a 60º ou que acumule a ocorrência de quaisquer das condições mencionadas.

Com isso, foram objetos do presente estudo 15 pesquisas relacionadas a seguir: Sehnem (2018), Rodrigues (2018), Pimenta (2017), Shimite (2017), Ferreira (2016), Santiago (2016), Oliveira (2017), Siqueira (2017), Messerschmidt (2018), Azevedo (2017), Freitas (2015), Zampar (2015), Urban (2016), Almeida (2016).

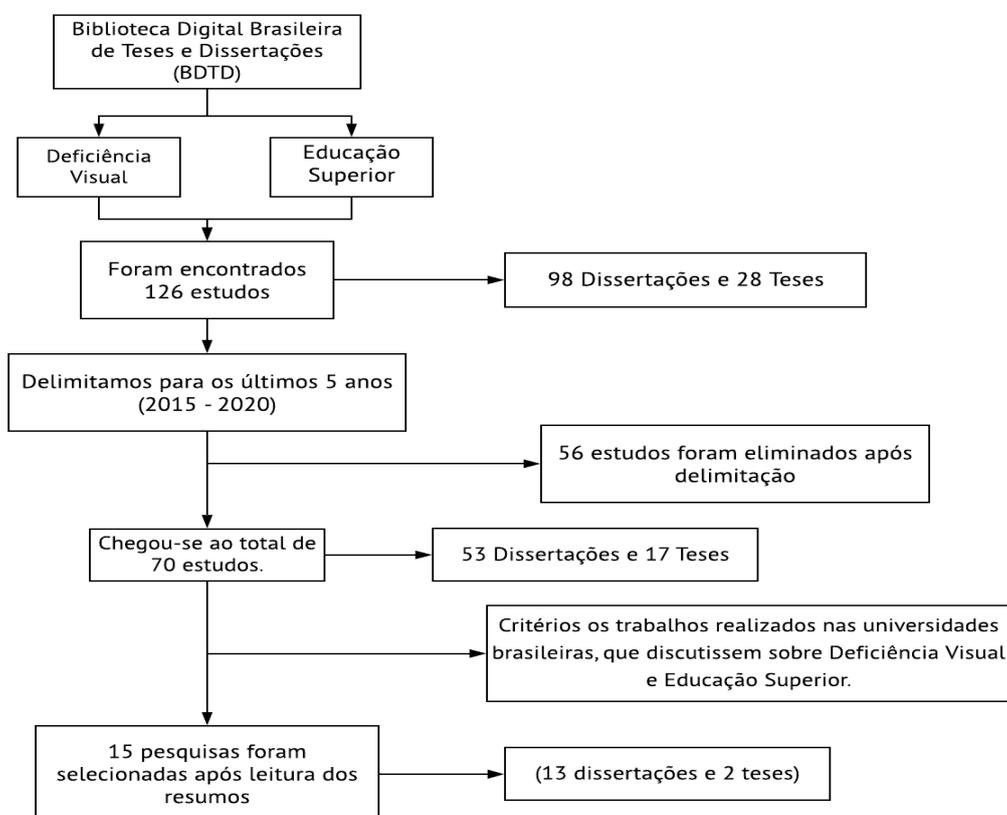
## **2.4 Procedimentos para análise da produção científica**

Para a análise dos dados dessas 15 produções, foram utilizadas técnicas de organização e categorização. Segundo Ludke e André (1986, p. 45), “A tarefa da análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes”. Ao detectar “[...] temas e temáticas mais frequentes, esse procedimento, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias” (Ludke; André, 1986, p. 42).

A leitura dos resumos dessas produções culminou na necessidade de se organizar os dados. Para isso, foi elaborada uma ficha de resumo de teses e dissertações que buscou coletar os principais pontos dos objetos da pesquisa. Foi preenchida uma ficha para cada pesquisa com os dados de identificação do estudo, sujeitos e resultados.

Essa organização levou-nos a categorizá-las da seguinte forma: identificação da pesquisa; identificação dos participantes e local das pesquisas; instituições participantes das pesquisas; acesso para entrada na instituição de ensino superior; adaptações e acessibilidade durante a permanência; barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais encontradas.

**Figura 1 - Fluxograma do processo de identificação e seleção**



Fonte: Elaborado pelos autores

### 3. ESTADO DA ARTE DAS PRODUÇÕES ANALISADAS

#### 3.1 Características gerais das publicações

A seguir são apresentadas as características gerais das 15 publicações sobre Deficiência Visual e Educação Superior, no período de 2015 a 2020, pesquisados na base de dados Pesquisa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

As 15 pesquisas objeto deste estudo foram mapeadas e apresentadas no Quadro 1 e referenciadas como P1, P2, P3... até P15, com especificação de ano de defesa, autor, título, Instituição de Ensino Superior (IES), Programa de Pós-graduação e nível de ensino, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 1** - Mapeamento das produções selecionadas para a presente pesquisa por Ano, Título, IES, Programa de Pós-Graduação e Nível de Ensino

Nº	Ano	Autor	Título	IES	Programa de Pós-graduação	Nível: M/D
P1	2018	Silva	Suportes para estudantes com deficiência visual no ensino superior	UFSCar	Programa de Pós-graduação em Educação Especial	M
P2	2018	Sehnm	Cartografia tátil: política inclusiva para estudantes com deficiência visual na educação superior	UFSM	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional	M
P3	2018	Rodrigues	A deficiência visual e o ensino de ciências biológicas: uma investigação da Educação Básica ao Ensino Superior	UFPEL	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática	M
P4	2017	Pimenta	Acesso e permanência de estudantes com deficiência visual em uma instituição de educação superior	UFBA	Programa de Pós-Graduação em Educação	D
P5	2017	Shimite	Inclusão e educação tecnológica em foco: percepções de uma aluna com deficiência visual, de seus professores e de seus colegas	Unesp	Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências	M
P6	2016	Ferreira	A política de inclusão de estudantes cegos na Educação Superior na UFRN: do acesso à permanência	UFRN	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	M
P7	2016	Santiago	Possibilidades e limitações nas práticas pedagógicas no ensino superior: uma análise do material didático e dos recursos de tecnologia assistiva acessíveis as pessoas com deficiência visual	UFMG	Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência da Faculdade de Educação	M
P8	2017	Oliveira	Acessibilidade e ensino superior: desvendando caminhos para o ingresso e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Regional do Cariri – URCA sob a perspectiva da avaliação educacional	UFC	Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação	D
P9	2017	Siqueira	Acessibilidade em ambientes virtuais de aprendizagem: possibilidades para estudantes com deficiência visual	Unoeste	Programa de Mestrado em Educação	M
P10	2018	Messerschmidt	Autonomia nos processos de aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior	UFSM	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional	M
P11	2017	Azevedo	As repercussões das redes sociais significativas de estudantes com deficiência no contexto do ensino superior	UFSC	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	M

<b>P12</b>	2015	Freitas	Equidade e eficácia no ensino superior: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência	UFBA	Programa de Pós-Graduação em Educação	M
<b>P13</b>	2015	Zampar	Integração à universidade na percepção de estudantes com deficiência	UFSCar	Programa de Pós-graduação em Educação Especial	M
<b>P14</b>	2016	Urban	Um estudo de produções científicas: ingresso e permanência de universitários com deficiência	Unesp	Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras	M
<b>P15</b>	2016	Almeida	A individualização do sujeito: deslocamentos na articulação das pessoas com deficiência a partir da educação superior	UFJF	Programa de Pós-graduação em Educação	M

Fonte: Elaborado pelos autores

### 3.2 Anos das publicações

O Gráfico 1 foi organizado considerando o período de 2015 a 2020, ao qual o levantamento foi circunscrito, e apresenta a relação entre as produções em uma escala temporal. Esse recorte temporal leva em conta as buscas empreendidas na última etapa:

**Gráfico 1** - Relação da produção ao longo do período



Fonte: Elaborado pelos autores

Observando-se o Gráfico 1, percebe-se a relação entre a quantidade de dissertações e teses defendidas por ano e aumento dessas produções no ano de 2017. No entanto, a predominância concentra-se nos anos de 2016 a 2018, nos quais foram defendidas, respectivamente, onze (dissertações) e duas (teses).

Ponderamos que esse aumento nesse período em particular relaciona-se à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, que pressupõe a universalização do acesso à educação e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o público-alvo da educação especial. Ademais, em 2015, tivemos a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que traz uma série de inovações, como a proibição da negação de matrícula e de cobrança de taxas adicionais em casos de estudantes com deficiência.

A aprovação de ambos os elementos exemplifica os compromissos governamentais e da sociedade brasileira com a educação inclusiva que existia no país naquele momento e que teve como resultado o crescimento substancial do número de matrículas dos estudantes com deficiência nesse período, o que conseqüentemente levanta questões e problemas a serem pesquisados em todos os níveis e modalidade de ensino.

Por outro lado, vemos que, nos anos de 2019 e 2020, nenhuma produção foi publicada. Nesse período, houve o corte de bolsas oferecidas pelos programas de Pós-Graduação, as quais são fundamentais para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Em 2018, ocorreu uma redução na CAPES de 22,4% na concessão de bolsa no país, 20 mil bolsas a menos, aproximadamente, em relação a 2017.

Entre 2017 e 2018, houve um corte de cerca de 6,2 mil bolsas do Programa de Demanda Social. Isso representa uma redução de 11% das bolsas desse Programa e de 6,8% do total de bolsas de pós-graduação concedidas pela CAPES, em 2017. O mesmo ocorreu com o CNPq, cujo corte orçamentário impactou fortemente a agência, em 2018, com reflexo direto no investimento em bolsas de pós-graduação. Houve uma queda drástica dos recursos destinados às bolsas de mestrado e doutorado, de 427,3 milhões para 247,9 milhões, ou seja, uma redução igual a 58% entre 2017 e 2018.

Infelizmente, a perspectiva para o futuro não é boa, considerando que, em 2019, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) anunciou um corte de mais 2,7 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, justificando alterações de regras. E, em 2020, pouco tempo depois de alterar regras de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Ministério da Ciência e Tecnologia também mudou parâmetros para a concessão de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que causará mais cortes para vários programas de pós-graduação brasileiros.

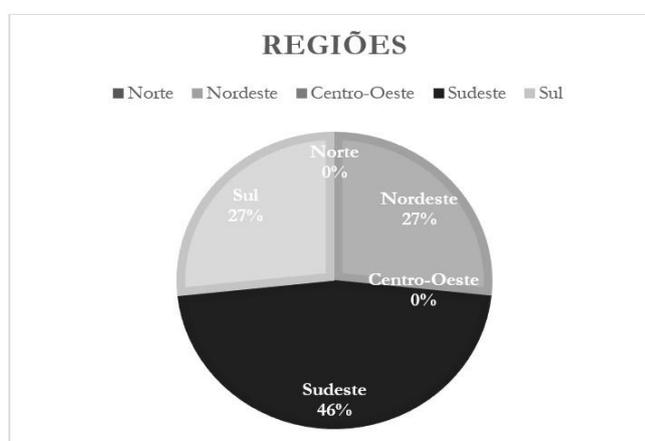
Isso também tem influências nas mudanças de governo ocorrida nesse período, onde vemos atualmente a florescência de um discurso “anti-ciência”. Mostrando sua completa negligência com a Educação e a construção de saberes que a ciência proporciona.

Para complicar tudo mais, em 2020, estamos passando pela pandemia de COVID 19, que trata-se de uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2 (Brasil, 2020), com isso houve o fechamento das escolas devido ao distanciamento social, escancarando alguns problemas na área da Educação, por exemplo, a desigualdade social, a invisibilidade da pessoa com deficiência e o acesso às tecnologias, o que causou um abismo entre aqueles que podem dar continuidade ao seu processo de aprendizagem e outros que sequer possuem um dispositivo eletrônico com conexão à internet dentro de casa. Outro impacto que precisa ser ressaltado foi o comprometimento na realização de muitas pesquisas durante esse difícil período de adaptação.

### 3.3 Universidades e Programas de Pós-Graduação das publicações

De acordo, com o quadro 1, as universidades que tiveram publicações foram: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com duas publicações, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com duas publicações, Universidade Estadual Paulista (UNESP) com duas publicações e Universidade Federal da Bahia (UFBA) também com duas publicações, e as demais, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

**Gráfico 2** - Distribuição das Dissertações e Teses pelas regiões brasileiras

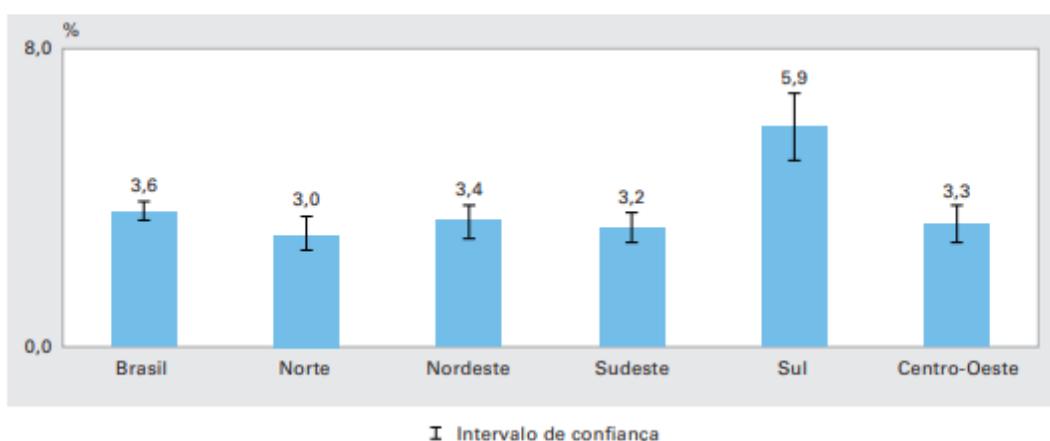


Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com o Gráfico 2, a região que mais tem produzido no Brasil sobre Educação Superior e Deficiência é a região Sudeste, com um total de sete pesquisas, contabilizando 46%. Houve um empate na quantidade de produções das regiões Nordeste e Sul, ambas com quatro pesquisas, totalizando 27%. Nas outras duas regiões, Norte e Centro-Oeste, não houve nenhuma pesquisa.

Parece-nos importante relacionarmos essa produção acadêmica, com a população com deficiência de cada uma das regiões geográficas brasileira. Desse modo, do total da população brasileira, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência. Dentre os tipos de deficiências investigadas pela Pesquisa Nacional de Saúde 2013, a deficiência visual foi a mais recorrente na população, com proporção de 3,6%. Esse indicador foi mais elevado na Região Sul (5,9%).

**Figura 2** - Quantidade de pessoas com deficiência visual nas regiões do Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Saúde 2013

Dentre as 11 IES apresentadas no quadro, dez são públicas e apenas uma privada, mostrando, assim, que o maior número de pesquisas sobre a temática de inclusão na Educação Superior está sendo desenvolvidas pelas universidades públicas.

Os programas de Pós-graduação responsáveis por esses estudos foram: Educação (com 10 produções); Educação Especial (com duas); Ensino de Ciências e Matemática, Serviço Social, Psicologia (com apenas uma). Esses dois últimos são os únicos programas que se encontram na área da Saúde.

O Quadro 1 também indica uma quantidade maior de produções em nível de mestrado, sendo treze dissertações e 2 teses. Essas pesquisas abordaram participantes, local das pesquisas, suportes, tecnologia assistiva, recursos, materiais didáticos, práticas pedagógicas, acessibilidade, acesso e permanência, políticas públicas, percepções, repercussão significativa e inclusão da pessoa com deficiência visual na Educação Superior, que serão apresentados e discutidos a seguir.

### 3.4 Métodos de Pesquisa das Dissertações e Teses

Para o desenvolvimento de suas pesquisas, os estudos em pauta utilizaram uma série de métodos de pesquisas, conforme o apresentado no Quadro 2 e no Gráfico 3.

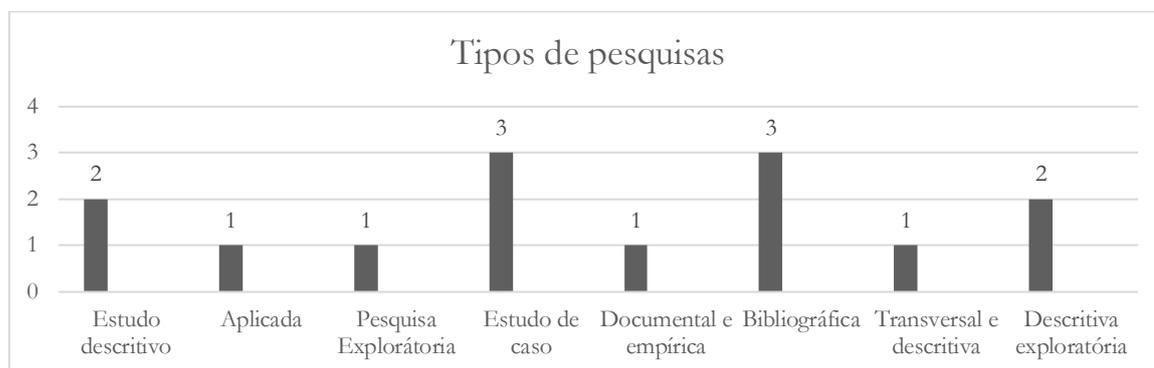
**Quadro 2** - Mapeamento dos métodos de pesquisas utilizados nas Dissertações e Teses

Nº	Métodos de pesquisas	
P1	Qualitativa	Estudo descritivo
P2	Qualitativa	Aplicada
P3	Qualitativa	Pesquisa Exploratória
P4	Qualitativa	Estudo de caso
P5	Qualitativa	Estudo de caso
P6	Qualiquantitativa	Documental e empírica
P7	Qualitativa	Bibliográfica
P8	Qualitativa	Estudo de caso
P9	Qualitativa	Bibliográfica
P10	Qualitativa	----
P11	Qualitativa	Transversal e descritiva
P12	Qualiquantitativa	Descritiva exploratória
P13	Qualiquantitativa	Descritiva
P14	Qualiquantitativa	Bibliográfica
P15	Qualitativa	Exploratório-descritivo

Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 2 mostra os métodos de pesquisas utilizados nas dissertações e teses. Podemos observar que todas as pesquisas se desenvolveram a partir do método qualitativo, e apenas quatro produções utilizaram o método misto, qualiquantitativa.

**Gráfico 3** - Abordagem de pesquisas empregues nas Dissertações e Teses



Fonte: Elaborado pelos autores

A maioria das pesquisas apresentou abordagem qualitativa, visto que esse tipo de pesquisa possibilita um olhar abrangente e aprofundado do comportamento humano. Isso não implica que a abordagem quantitativa não deve ser utilizada. As duas opções podem ser utilizadas ao mesmo tempo e de modo complementar (Mendonça, 2017).

O Gráfico 3 também aponta uma fragilidade de conhecimento na metodologia científica escolhida nas pesquisas. Visto a utilização de várias nomenclaturas que significam a mesma coisa, deixando a metodologia com ambiguidade ou sem sentido, além de não trazer especificamente sua utilização na pesquisa em questão.

De acordo com Mortatti et al. (2015), foi identificado uma dificuldade envolvendo fontes teórico-metodológicas e, por esse motivo, o pesquisador deve optar pelas abordagens e procedimentos que melhor respondam seus objetivos.

Segundo Ludwing (2014), na área da Educação, encontra-se trabalhos acadêmicos com ausência da menção ao método ou a presença de uma menção abreviada. Isso decorre da reduzida importância concedida a ele nos cursos de graduação e de pós-graduação, e também a pouca relevância atribuída ao método que acaba resultando em várias concepções relativas a ele.

### 3.5 Matriz teórica das Dissertações e Teses

Das teses e dissertações analisadas, apenas 5 mencionavam, de forma explícita, um referencial teórico da pesquisa. O quadro 3 apresenta esses resultados:

**Quadro 3 - Matriz teórica das pesquisas**

<b>Nº</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>
P3	Para ancorar a pesquisa utilizaram-se os estudos de Silva (2014), Azevedo (2012), Guimarães (2014), Franco e Dias (2005), Rosseto (2009), Mansini (1994), sem prejuízo de inúmeras outras contribuições.
P8	Este estudo se fundamenta na compreensão de avaliação da aprendizagem em uma perspectiva inclusiva, como propõem Beyer (2005), Hoffmann (2001, 2005, 2008, 2011), Luckesi (2005), e nas ideias de Amiralian (1997, 2004), Lemos (1999, 2000), Masini (1993, 2007, 2013), Vianna (2000, 2005), dentre outros.
P9	Também foram consultados pesquisadores como Moran, Santarosa, Sonza, Schlünzen, Trentin, Valente, entre outros, para abordar aspectos relacionados à acessibilidade e tecnologias.
P10	À luz do pensamento sistêmico e da teoria da Biologia do Conhecer de Humberto Maturana.
P15	Análise do Discurso na ótica francesa de Pêcheux e Orlandi enquanto metodologia para compreender como o sujeito com deficiência tem sido subjetivado na educação superior.

Fonte: Elaborado pelos autores

Por outro lado, a grande maioria das Teses e Dissertações não evidenciou, de forma clara, o referencial teórico adotado, demonstrando uma fragilidade teórica, principalmente no que diz respeito às dissertações e teses. Esse resultado deixa um questionamento: Como têm sido a fundamentação adotada nas investigações sem um referencial?

Essa insuficiência de produção científica sem referencial teórico engendra problemas, como a geração de conhecimentos sem criticidade, fragmentado, visto que, muitas vezes, não propicia uma leitura precisa da realidade. Ressalta-se com isso a importância dessas produções no fomento de conhecimentos científicos, o que impõe a necessidade de uma reflexão crítica, teórica e filosófica sobre seu próprio conhecimento (Silva; Sánchez Gamboa, 2011).

Desse modo, faz-se necessária a realização frequente de avaliações a respeito do que vem sendo desenvolvido e a qualidade dessas produções, nas diversas áreas do conhecimento e, mais precisamente, nos programas de pós-graduação stricto-sensu, uma vez que estes concretizam espaços privilegiados pelo sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento da pesquisa científica (Sánchez Gamboa, 1998).

### **3.6 Objetivos e resultados das Dissertações e Teses**

Considerando os objetivos e os resultados das Dissertações e Teses, estes foram organizados em três categorias: a) Ingresso, acesso e permanência; b) Acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas; e, c) Suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos. O quadro 4 mostra essa distribuição:

**Quadro 4** - Distribuição das Dissertações e Teses conforme objetivos e resultados

<b>Categorias</b>	<b>Autores e ano da publicação</b>
Ingresso, acesso e permanência	Pimenta(2017); Ferreira (2016); Azevedo (2017); Freitas (2015); Urban (2016)
Acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas	Rodrigues (2018); Shimite (2017); Oliveira (2017); Siqueira (2017); Messerschmidt (2018); Zampar (2015); Almeida (2016)
Suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos	Silva (2018); Sehnem (2018); Santiago (2016)

Fonte: Elaborado pelos autores

A seguir, são apresentados esses resultados por cada categoria.

#### **a) Ingresso, acesso e permanência**

Nessa categoria, as dissertações e as teses tinham objetivos relacionados ao ingresso, acesso e permanência de estudantes com deficiência visual na Educação Superior. Essas produções consideram a ampliação do número de estudantes nas Instituições de Ensino Superior e a necessidade de analisar o acesso de tais alunos, como também a permanência, de maneira que as IES venham adotar oportunidades que favoreçam o ensino-aprendizado de boa qualidade.

Pimenta (2017), em sua tese, revelou a urgência de uma maior eficácia e efetividade das ações recomendadas pelas políticas públicas, na intenção de torná-las mais consistentes e estruturantes de ações e práticas, coerentes com os princípios de uma educação inclusiva.

A dissertação feita por Ferreira (2016) teve como objetivo os elementos da política de inclusão de estudantes cegos na Educação Superior brasileira e o processo que envolve o acesso e a permanência.

Azevedo (2017), em sua dissertação, buscou compreender as repercussões das redes sociais significativas de estudantes com deficiência no contexto do Educação Superior.

Freitas (2015), em sua dissertação, analisou o ingresso e o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência no Educação Superior na UFBA.

A dissertação de Urban (2016) também analisou o acesso e a permanência no ensino superior de pessoas com deficiência, a partir de teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras.

Existe um considerável número de dispositivos legais, sob a forma de Decretos, Leis, Portarias, Resoluções, no âmbito da Legislação Federal, que tratam desde o ingresso, perpassando pelo acesso e a permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior. Porém, Pimenta (2017) afirma que as ações dos aparatos legais precisam ser mais eficazes e que as IES ainda encontram dificuldades em efetivá-las.

Anache e Cavalcante (2018) destacam que essas dificuldades se encontram nas barreiras no currículo, na falta de recursos acessíveis e formação profissional docente. Com isso, as condições de permanência ficam limitada aos esforços individuais e dos familiares, conforme mencionam Alcoba (2008), Maiola, Boos e Fischer (2008), Moreira (2011), Anache, Rovetto e Oliveira (2014) e Cabral (2017).

De acordo com Rosseto (2005), Moreira, Bolsanello e Seger (2011), Anache, Rovetto e Oliveira (2014) se torna necessário um avanço na aplicação das políticas públicas na intenção de superar todas essas condições de barreiras, a fim de criar estratégias educacionais para o acesso e permanência do estudante com deficiência nos cursos de graduação na perspectiva da inclusão.

Nesse sentido, além das resistências relacionadas à eficácia das políticas públicas, percebemos a existência das barreiras atitudinais, que se caracterizam por atitudes ou comportamentos que impedem ou até mesmo prejudicam a participação da pessoa com deficiência em condições e oportunidades que favoreçam seu aprendizado e sucesso na Educação Superior.

Corroboram com essa situação, Ferreira (2016) que considera a barreira atitudinal como a maior dificuldade para acesso e permanência. Também Azevedo (2017) considera que esse tipo de barreira pode ser um empecilho para permanência do estudante. Além de se preocupar com as barreiras arquitetônicas ou os recursos de materiais acessíveis, é indispensável que se invista na formação dos profissionais, funcionários e alunos de toda IES, para que desenvolvam atitudes que fortaleçam e promovam a inclusão.

## **b) Acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas**

Nessa segunda categoria, analisamos as dissertações e as teses com objetivo a análise da acessibilidade, inclusão e práticas pedagógicas para a promoção da inclusão de estudantes com deficiência, garantindo assim condições de acessibilidade nos ambientes físicos, na comunicação ou nas práticas pedagógicas, de tal forma, que superem os obstáculos para aprendizagem.

Rodrigues (2018), em sua dissertação, ressaltou os principais desafios encontrados pelos estudantes e professores, resultando na necessidade da formação continuada, a fim de melhorar o uso e criação de recursos de tecnologia assistiva, materiais adaptados, avaliações e as dificuldades de aprendizagem dos estudantes com Deficiência Visual nos conteúdos de Ciências Biológicas.

Os resultados da dissertação de Shimite (2017) apontam para necessidade de pesquisas que abordem o processo inclusivo com vistas à elaboração de materiais adaptados, estabelecimento de um trabalho colaborativo entre os professores e o aluno com deficiência, que favoreçam a exploração das potencialidades do aluno com deficiência visual.

A tese de Oliveira (2017) apontou para a inadequação de recursos de acessibilidade no sentido de reconhecer, nos candidatos ao vestibular com deficiência visual, a diferença entre pessoas com cegueira e com baixa visão. Concluindo que existe uma identidade da pessoa com deficiência visual que está respaldada nas necessidades pedagógicas individuais.

Siqueira (2017), em sua dissertação, analisou os recursos necessários para que os ambientes virtuais de aprendizagem possibilitem a acessibilidade em um curso a distância, autonomia e independência de estudantes com deficiência visual.

Messerschmidt (2018), na sua dissertação, verificou, discutiu, sistematizou e propôs parâmetros para a elaboração de um instrumento de orientações didático-pedagógicas que atenda às especificidades da comunidade acadêmica.

A dissertação de Zampar (2015), indicou que o enfrentamento dos desafios relativos à instituição e ao estudo foi percebido como negativo, sendo destacadas práticas pedagógicas inadequadas para atender às necessidades educacionais especiais; falha na disponibilização de materiais didático pedagógicos; falta de apoio da universidade e acessibilidade física precária.

Almeida (2016), em sua dissertação, observou avanços e estagnações no processo de inclusão, indicando a necessidade de mecanismos de circulação de sentidos positivos sobre a pessoa com deficiência e sua inclusão, além do estabelecimento de espaços de discussão para repensar tais práticas a fim de subsidiar o reconhecimento e articulação dos mesmos enquanto sujeitos constitutivos do espaço universitário brasileiro.

Nas discussões das teses e dissertações é possível verificar situações que revelam falta de acessibilidade, que vai em sentido contrário com o que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) conceitua a acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015, Art. 3º).

De acordo com Cantorani e Pilatti (2015), a acessibilidade, por sua vez, é um conceito relacionado ao cenário de se promover a inclusão. Em sua amplitude, perante a evolução social alcançada, constitui-se em uma multiplicidade de dimensões, como acessibilidade atitudinal, acessibilidade arquitetônica, acessibilidade metodológica, acessibilidade programática, acessibilidade instrumental, acessibilidade nos transportes, acessibilidade nas comunicações, acessibilidade digital.

Considerando que a acessibilidade e a inclusão na Educação Superior brasileiro são temas recentes. Sendo mais recente, ainda, a obrigatoriedade das cotas para pessoas com deficiência, que está regulamentada na Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Fazemos as mesmas perguntas que fizeram Cantorani et al. (2020): “Como está ocorrendo esse processo? Ou, em outros termos: A acessibilidade e a inclusão estão efetivando-se de fato? As Instituições de Educação Superior estão promovendo — de que forma, a que custo, com que apoio — a acessibilidade e a inclusão dessa população?”.

De acordo com os resultados dos trabalhos categorizado nessa análise, as Instituições vêm tentando se adequar para conseguir oferecer condições de acessibilidade para os alunos, porém ainda é evidente os impedimentos encontrados, que por sua vez, acontecem na falta de materiais adaptados, na inadequação das práticas pedagógicas, nas barreiras arquitetônicas e atitudinais e na falta de apoio da comunidade acadêmica.

### **c) Suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos**

Nessa terceira e última categoria, reunimos as dissertações e as teses que tratam sobre os suportes, os recursos de tecnologia assistiva e os materiais didáticos. Esses elementos são essenciais para a pessoa com deficiência realizar sua graduação com recursos básicos e atingir a aprendizagem com qualidade, equiparando condições e favorecendo a independência e um meio de acesso à informação.

Na dissertação de Silva (2018), foi identificado os serviços oferecidos pelos núcleos de acessibilidade, e os resultados apontam que a maior parte dessas instituições tem se preocupado com a divulgação online das atividades dos núcleos, descrevendo os serviços de apoio e de recursos de acessibilidade.

Sehnen (2018), em dissertação, verificou que os recursos da cartografia tátil são ainda pouco conhecidos e encontrados na Educação Superior, mas considera unânime a importância dessa metodologia de ensino, orientando e acompanhando a aprendizagem a partir de recursos táteis.

Na dissertação de Santiago (2016), os resultados apontam para demanda de planejamento e adequação dos materiais didáticos pelos professores e técnicos administrativos. A adaptação dos textos tornou-se procedimento primordial para a garantia de uma educação de qualidade, possibilitando o suporte necessário para o processo ensino-aprendizagem.

Os suportes, os recursos de tecnologia assistiva e os materiais didáticos são ações implementadas pelas universidades, como uma forma de garantir a permanência dos estudantes com deficiência, permitindo a criação de ambientes favoráveis, espaços acessíveis, materiais e recursos adaptados, livros em Braille, computadores adaptados com leitores de tela, monitorias.

A criação desses suportes, recursos e materiais são recentes, isso devido as políticas de financiamento de ações voltadas para permanência de estudantes com deficiência na educação superior. Destaca-se o Programa Incluir (2008) que tinha como objetivos:

- 1.1. Implantar a política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior;
- 1.2. Promover ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES);
- 1.3. Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Ensino Superior
- 1.4. Promover a eliminação de e barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações (Brasil, 2008, p. 39).

Dessa forma, os alunos conseguem se desenvolver nas atividades de uma forma produtiva e autônoma, participando da vida acadêmica e podendo sentir realmente integrante da comunidade universitária. Assim, os suportes, recursos de tecnologia assistiva e materiais didáticos são determinantes à permanência bem-sucedida dos alunos com deficiência na universidade (Castro; Almeida, 2014).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo do Estado da Arte foi possível identificar uma fragilidade teórica e metodológica nas produções de dissertações e teses. O que nos leva a entender que é necessária uma avaliação frequente, no que diz respeito a qualidade dessas produções e sua relevância para o desenvolvimento da ciência no contexto brasileiro.

As pesquisas analisadas também apontaram que as universidades têm oferecido condições para que os estudantes com deficiência visual possam frequentar esse nível de ensino, porém, há lacunas a serem superadas, e, com isso, o processo de aprendizagem do aluno com deficiência visual fica limitado e com muitas barreiras, as quais perpassam as estruturas físicas das instituições, a falta de materiais e as atitudinais negativas.

Além disso, os estudos apontaram para um ponto crítico no processo inclusivo - a formação dos professores. Estes não possuem formação pedagógica e nem acesso a conteúdos voltados para a inclusão. Como consequência dessa lacuna, não conseguem desenvolver práticas inclusivas, o que compromete o acesso ao conhecimento pelos alunos com deficiência.

Dessa forma, além das resistências relacionadas à eficácia das políticas públicas, percebemos a existência das barreiras atitudinais, que se caracterizam por atitudes ou comportamentos que impedem ou até mesmo prejudicam a participação da pessoa com deficiência em condições e oportunidades que favoreçam seu aprendizado e sucesso na Educação Superior.

Considerando o exposto, podemos dizer que as IES não estão preparadas para atender as demandas que têm aparecido. Há uma lentidão no processo de inclusão por parte das Universidades e, para tanto, é necessária uma preparação em todos os aspectos e a eliminação de barreiras físicas, sociais, atitudinais, pedagógicas, curriculares, entre outras, para que, de fato, aconteça a permanência e o sucesso desse aluno nesse nível de ensino. Também se destaca como demanda o investimento na formação dos futuros docentes que atuarão com este público.

Nesse sentido, por meio do presente estudo, é possível inferir que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior encontra-se em processo de construção. O ingresso vem se aprimorando, mas a permanência que envolve acesso, acessibilidade e qualidade de ensino para este aluno ainda se encontra em estruturação.

Em vista dos argumentos apresentados, para o desenvolvimento profissional e científico, este estudo trouxe contribuições no sentido de compreender a importância e a necessidade de que

se efetivem ações e pesquisas de inclusão em todos os níveis de ensino, propiciando condições para que os alunos com deficiência tenham uma educação que atenda suas especificidades, desde a educação básica até o ensino superior.

Assim, foi possível averiguar que existe uma carência na participação das pessoas com deficiência nas pesquisas e também nas produções. Se faz necessário consultar e envolver as pessoas com deficiência em tudo que se refere a elas. Nada melhor do que elas, para falarem sobre elas. Com as contribuições delas pode-se traçar um panorama ainda mais fiel à realidade em que se encontram inserido.

Por acreditar que este trabalho tenha atingido o seu objetivo, deixamos aqui algumas indagações que poderão servir para outros trabalhos: Como promover a formação de docentes na Educação Superior? Como incluir alunos com deficiência em ações que promovam seus direitos na Educação Superior? Como os alunos que terminaram suas graduações avaliam as ações de acesso e acessibilidade de sua formação acadêmica? Esperamos que estas problemáticas possam ser investigadas em outras pesquisas em contextos diferentes.

## REFERÊNCIAS

- Alcoba, S. A. C. (2008). Estranhos no ninho: a inclusão de alunos com deficiência na UNICAMP. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Almeida, J. G. A. (2016). A individualização do sujeito: deslocamentos na articulação das pessoas com deficiência a partir da educação superior. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora].
- Anache, A. A., & Cavalcante, L. D. (2018). Análise das condições de permanência do estudante com deficiência no ensino superior. *Psicologia Escolar e Educacional*, 115-125.  
<http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-115.pdf>
- Anache, A. A., Rovetto, S. S. M., & Oliveira, R. A. (2014). Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. *Revista Educação Especial*, 27(49), 299-312.
- Azevedo, L. A. (2017). As repercussões das redes sociais significativas de estudantes com deficiência no contexto do ensino superior. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis].
- Brasil. (2013). Ministério da Educação. Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF.  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192)

- Brasil. (2006, 4 de julho). Edital nº 8. Programa Incluir. Diário Oficial da União, n. 126, seção 3, Brasília-DF, 30-31.
- Brasil. (2018). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file>
- Brasil. (2020). Sobre a doença. O que é Covid-19. Ministério da Saúde, <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>
- Cabral, L. S. A. (2017). Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 22(3), 371-387.
- Cantorani, J. R. H., Pilattiet, L. A., Helmann, C. L., & Silva, S. C. R. (2020). A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. *Revista Brasileira de Educação*, 25, e250016. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782020000100214&ln=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782020000100214&ln=en&nrm=iso)
- Cantorani, J. R. H., & Pilatti, L. A. (2015). Acessibilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: análise a partir de relatórios do Inep e do olhar do gestor. *Educ. Rev. Curitiba*, 57, 171-189, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602015000300171&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000300171&lng=en&nrm=iso)
- Castro, S. F. De, & Almeida, M. A. (2014). Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev. Bras. Educ. Espec.*, 20(2), 179-194.
- Dechichi, C., Silva, L. C., & Gomide, A. B. (2008). Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU. In: *Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade*. Uberlândia: EDUFU, 333-352.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade, São Paulo*, 79, 257-272.
- Ferreira, E. L. L. S. (2016). A política de inclusão de estudantes cegos na Educação Superior na UFRN: do acesso à permanência. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal].
- Freitas, M. A. G. (2015). Equidade e eficácia no ensino superior: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador].
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2010). Censo Escolar, 2010. Brasília: MEC.

- Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)
- Ludwig, A. C. W. (2014). Métodos de Pesquisa em Educação. *Educação em Revista (UNESP. MARÍLIA)*, 15, 7-32,
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.
- Martins, S. E. S. O., Gomez, A. J. V., Fernandes, Y. Z., & Benetti, C. S. (2017). Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai. *Jornal de Políticas Educacionais*, 11(17).
- Mendonça, P. V. O. (2017). A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência. *Interface Científicas-Educação*, 5(3), 87-96.
- Messerschmidt, D. W. (2018). Autonomia nos processos de aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria].
- Mortatti, M. do R. L., Bertoletti, E. N. M., Oliveira, F. R. De, Mello, M. C. de O. & Trevisan, T. (2015). Sujeitos da história do ensino de leitura e da escrita no Brasil. São Paulo: Unesp Digital.
- Moreira, L. C., Bolsanello, M. A., & Seger, R. G. (2011). Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiência em foco. *Educar em Revista*, 41, 125-143.
- Oliveira, M. V. M. (2017). Acessibilidade e ensino superior: desvendando caminhos para o ingresso e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Regional do Cariri - URCA sob a perspectiva da avaliação educacional. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza].
- Pacheco, R. V., & Costas, F. A. T. Processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n. 27, 2006.
- Pimenta, C. M. F. M. (2017). Acesso e permanência de estudantes com deficiência visual em uma Instituição de Educação Superior. [Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador].
- Rodrigues, L. B. (2018). A deficiência visual e o ensino de ciências biológicas: uma investigação da Educação Básica ao Ensino Superior. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas].
- Santiago, J. V. B. (2016). Possibilidades e limitações nas práticas pedagógicas no ensino superior: uma análise do material didático e dos recursos de tecnologia assistiva acessíveis as pessoas com

deficiência visual. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte].

Sasaki, R. (2006). Inclusão: a universidade e a pessoa com deficiência. Rede SACI, online. <http://saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=18675>

Sánchez Gamboa, S. Á. (1998). Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa, Editorial Magisterio.

Sehnen, C. E. (2018). Cartografia tátil: política inclusiva para estudantes com deficiência visual na educação superior. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria].

Shimite, A. S. O. (2017). Inclusão e educação tecnológica em foco: percepções de uma aluna com deficiência visual, de seus professores e de seus colegas. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília].

Silva, D. S. (2018). Suportes para estudantes com deficiência visual no ensino superior. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos].

Silva, R. H. R., & Gamboa, S. S. (2011). Análise epistemológica da pesquisa em educação especial: a construção de um instrumental de análise. Atos de pesquisa em educação, Blumenau, 6(2), 373-402.

Siqueira, A. L. F. C. (2017). Acessibilidade em ambientes virtuais de aprendizagem: possibilidades para estudantes com deficiência visual. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente].

Urban, A. L. P. (2016). Um estudo de produções científicas: ingresso e permanência de universitários com deficiência. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, São Paulo].

Zampar, J. A. S. (2015). Integração à universidade na percepção de estudantes com deficiência. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos].